

ACESSIBILIDADE A PRÉDIOS PÚBLICOS: a Arquitetura Inclusiva Eliminando Obstáculos

AGUINALDO MONTEIRO NUNES¹

CARLOS ELY DE SÁ MIRANDA²

DIÓGENES ALVES DA CRUZ³

RESUMO

O artigo dos acadêmicos do Curso de Administração Pública à Distância da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, é um estudo de caso das condições físicas da própria instituição, tem por objetivo identificar as barreiras que dificultam ou impedem o acesso dos portadores de deficiência física, visual, auditiva ou pessoas com mobilidade reduzida. O referencial teórico apoia-se nas leis, decretos, e normas da ABNT, os quais asseguram o exercício dos direitos individuais e sociais dessas pessoas. Para a referida pesquisa utilizamos método de avaliação pós-ocupação e o instrumento do tipo *checklist in loco* com documentação fotográfica. Durante as visitas também foram verificados os acessos referente às áreas adjacentes aos prédios públicos observados, desde a chegada dos usuários, incluindo faixas de pedestres, rebaixamento de meio fio em pontos estratégicos, piso tátil nas passarelas, corredores, rampas e elevadores. Demonstra que a legislação vigente, que garante o acesso dos portadores de deficiência, está sendo desrespeitada, numa evidência de desconhecimento e descaso do poder público, bem como dos profissionais da área de construção civil que são co-responsáveis na garantia do exercício da cidadania desse seguimento da população.

Palavra chave: Acessibilidade. Deficiência. Documento Normativo.

¹ Aginaldo Monteiro Nunes (Curso de Administração Público Bacharelado). Universidade Federal do Amapá, Turma 01 de 2013.2 Email:aguinaldonunes@unifap.br.

² Carlos Ely de Sá Miranda (Curso de Administração Público Bacharelado). Universidade Federal do Amapá, Turma 01 de 2013.2 Email:carlose@unifap.br.

³ Diogenes Alves da Cruz (Curso de Administração Público Bacharelado). Universidade Federal do Amapá, Turma 01 de 2013.2 Email:diogenes@unifap.br.

1 INTRODUÇÃO

Reconhecendo a importância do desenho universal em edifícios dessa tipologia, o Grupo de Pesquisa do Curso de Administração Pública da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) selecionou para estudo de caso o próprio *campus* universitário, com apoio dos arquitetos da Assessoria Especial de Engenharia e Arquitetura (AEEA/UNIFAP). O objetivo deste artigo é contribuir com o debate da acessibilidade em especial a prédios públicos, relatando os resultados da análise das condições de acessibilidade do complexo arquitetônico da IFES, confrontando a realidade com as exigências das normas e decretos brasileiros, além das demandas apontadas por usuários do local.

Nesse sentido, a palavra deficiência está erroneamente associada apenas a usuários de cadeiras de rodas ou deficientes visuais, os termos deficiência e mobilidade reduzida englobam um número muito maior de pessoas e, inclusive, fases da vida às quais todos estarão sujeitos. Por muito tempo, a arquitetura, o urbanismo e o design não foram pensados sob essa ótica, resultando em projetos negligentes para com a diversidade dos usuários, com detalhamento impreciso e especificação de materiais inadequados e de manutenção constante. A garantia de acessibilidade está prevista em lei e depende da eliminação das barreiras, principalmente em acessos, áreas de circulação horizontal e vertical (corredores e escadas), aberturas (portas e janelas), sanitários, vestiários, elevadores, piscinas e mobiliários (telefones, balcões, bebedouros etc.).

O Decreto 5.296 de 2004, dispõe em seu Art. 10. A concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas neste decreto. A acessibilidade é mais que uma obrigação legal, é um compromisso social. Partindo de um pré-suposto de que todas as pessoas, em algum momento da vida, sentirão falta da acessibilidade. A inclusão das pessoas com deficiência demonstra a preocupação com a construção de uma sociedade democrática, aberta a todos e reconhece o potencial de todo cidadão. A arquitetura inclusiva vem para solucionar esses problemas, democratizando os espaços através de projetos que contemplem recursos e dispositivos que tornem a sua apropriação possível e confiável para a diversidade dos usuários.

Esta situação tem respaldo na Norma Técnica NBR 9050/2004, que é apresentada como fonte de orientação para acessibilidade em edificações na construção ou reforma.

O Cidadão portador de deficiência deve ser capaz de realizar toda circulação e qualquer tipo de atividade com a maior segurança e autonomia. Desta configuração pode-se afirmar que a acessibilidade e a possibilidade de realizar afazeres e se movimentar em espaços sem depender de guia ou ajuda ou esforço de outras pessoas e deve ser incluída como conceito básico, que deverá ser avaliado e sobreposto em todas as ações públicas que venham ofertar toda qualidade de vida, pautados em todo o espaço físico e do espaço urbano.

- Verificar as condições de acesso dentro das dependências da UNIFAP;
- Sugerir melhorias e propostas, traçando paralelo com as obras da UNIFAP;
- Colocar em foco a visão de um deficiente/mobilidade reduzida em relação a interação nas instituições públicas.

Observa-se atualmente um avanço progressivo, expresso na preocupação com a inclusão social, educacional e no mercado de trabalho de todos os cidadãos. Arelada a essa preocupação, questões de acessibilidade e direitos dos deficientes também estão em debate. Tal mudança deve-se em parte a legislação atual que tem priorizado as melhorias nos meios de acesso e comunicação das pessoas com necessidades especiais. Destacamos dentro da leitura, que os profissionais de engenharia e arquitetura irão enfrentar uma série de desafios na área de construção civil no que diz respeito às pessoas com necessidades especiais, podendo trazer grandes valores dentro dessa nova visão de construção. O objetivo é permitir um ganho de autonomia e de mobilidade a um número maior de pessoas, até mesmo àquelas que tenham reduzido a sua mobilidade ou dificuldade em se comunicar, para que usufruam os espaços com mais segurança, confiança e comodidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Art. 4º da lei 10.048 diz que os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, terão normas de construção. Para efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o acesso e uso desses locais pelas pessoas portadoras de deficiência.

2.2.1 O Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004, que trata sobre construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público ou coletivo. Afirma que para a aprovação ou licenciamento ou emissão de certificado de conclusão de projeto arquitetônico ou urbanístico deverá ser atestado o atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e neste Decreto.

2.2.2 Acessibilidade, segundo a ABNT NBR 9050/2015 é:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com **segurança** e **autonomia**, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (Grifos nosso).

Destacamos duas palavras que são de extrema importância no entendimento do conceito de acessibilidade: promovendo “segurança” nos acessos e no uso de equipamentos mobiliários, já teremos boa parte da legislação atendida, para isso utilizamos a sinalização de piso direcional e de alerta para as pessoas com deficiência visual, guarda-corpos e corrimãos, portas com sensores que evitam seu fechamento enquanto se está acessando ao elevador ou edificação, etc. Se temos então um ambiente seguro, agora precisamos dar “autonomia” para que a pessoa utilize este ambiente de forma plena.

2.2.3 De acordo com Gonzales (2014), “a acessibilidade na Construção civil é comum a grande maioria dos edifícios entregues que deveriam atender a legislação, desdobrada em três fatores”:

- a) Falta do projeto de acessibilidade, ou o projeto feito por arquiteto sem especialização. Não basta “dominar” ou “saber de cor” a Norma NBR 9050, a legislação em questão é bem mais ampla, abrangendo resoluções das Comissões Permanentes de Acessibilidades - CPAs, Leis e Decretos Municipais, Estaduais e Federais.
- b) Falta de treinamento em acessibilidade dos engenheiros e arquitetos que acompanham a execução da obra.

- c) Fiscais da prefeitura que também não tem o conhecimento necessário sobre acessibilidade e aprovam o habite-se⁴ sem que essa questão seja verificada de maneira satisfatória.

2.2.4 De acordo com Ornstein (1992), “essa metodologia pretende diagnosticar aspectos positivos e negativos da edificação, a partir da avaliação de fatores técnicos, funcionais, econômicos e comportamentais do ambiente em uso, considerando a opinião de técnicos, projetistas e usuários”. Quando são encontrados aspectos negativos, definem-se recomendações que minimizem, ou até mesmo corrijam os problemas detectados, além de se utilizar os resultados dessas avaliações sistemáticas (estudos de caso) para realimentar o ciclo do processo de produção e uso de ambientes semelhantes, buscando aperfeiçoar o desenvolvimento de projetos futuros. “Para análise das condições de acessibilidade física, foi realizada uma APO sobre o objeto de estudo. Ainda sobre o método, Cambiaghi explica”:

A APO estuda edifícios e demais ambientes construídos quanto à satisfação do usuário e também do ponto de vista do especialista. Essa avaliação deve ser feita durante o processo de utilização (...). Em síntese, a APO é um instrumento de referência que avalia as questões relativas à acessibilidade. (CAMBIAGHI, 2007, p. 160-161).

Destaca-se no levantamento de dados para esta metodologia a consideração da relação do objeto com o contexto urbano e a conexão entre as edificações, avaliando percursos e materiais de pavimentação e acabamento que influenciem na fluidez dos deslocamentos. Foi aplicado o procedimento da Avaliação Física dos edifícios, parte dos procedimentos da APO, constando de visitas exploratórias e da realização de um percurso em todos os prédios que compõem a instituição. Foi utilizado método de análise que possibilita a identificação de aspectos positivos e negativos dos prédios, consistindo em percorrer todo o edifício, acompanhado de arquiteto, de modo que se possa formular perguntas com o objetivo de conhecer melhor o edifício, sua construção e as atuais funções de cada ambiente.

2.2.5 Nesta pesquisa, em específico, foram realizadas visitas na IFES/UNIFAP em Abril de 2017, quando foram coletados relatos de usuários e instrutores do local, realizadas anotações com base em *checklist* e levantamento fotográfico, sendo produzido um relatório de vistoria técnica. As impressões e

⁴ Habite-se [...] “certidão expedida pela Prefeitura atestando que o imóvel (casa ou prédio residencial ou comercial) está pronto para ser habitado e foi construído ou reformado conforme as exigências legais estabelecidas pelo município, especialmente o Código de Obras”.

realidade observadas no complexo de edificações escolhido foram confrontadas com as diretrizes do Decreto 5.296/2004, com as recomendações da NBR 9050/2004 e do Guia de Acessibilidade – CREA-AP (2010).

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada se fundamentou na realização de visitas técnicas *in loco* acompanhados de um arquiteto da IFES, utilizamos as técnicas da Avaliação Pós-Ocupação (APO), observações diretas do estágio dos elementos construtivos utilizados, associando-se com registros fotográficos, levantamentos de dados nas estruturas arquitetônicas utilizando questionários do tipo *checklist*, estudos de APO e insumos para avaliação técnica realizados pelos professores, alunos, técnicos e a comunidade externa. Além disso, foi realizada uma entrevista com um funcionário da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), que é portador de necessidades especiais e que graduou no Curso de Enfermagem na própria instituição. O termo Avaliação Pós-Ocupação (APO), segundo Preiser (1988) é o processo de coleta sistemática de dados, análise, e comparação com critérios de performance explicitamente declarados que pertencem a ambientes construídos e ocupados.

OBJETO DE ESTUDO



Foto 1 - Área total do campus Marco Zero.
Fonte: Google Earth (2016).

A UNIFAP é uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), mantida pela União, criada pela Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986, e instituída pelo Decreto nº 98.977, de 02 de março de 1990, vinculada ao MEC, tendo sede e foro na cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá. Possui autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. É uma instituição multicampi, distribuída da seguinte forma: Campus Marco Zero do Equador, Município de Macapá; Campus Santana, no Município de Santana; Campus Binacional, no Município de Oiapoque e Campus Mazagão no Município de Mazagão. Conforme estabelecido no Artigo 3º do Regimento Geral, a UNIFAP tem por objetivos e funções:

I - ministrar o ensino, que é indissociável da pesquisa e extensão;

II - desenvolver as ciências, as letras e as artes;

III - prestar serviços a entidades públicas e privadas e a comunidade em geral; e

IV- promover o desenvolvimento nacional, regional e local.

O campus Marco Zero do Equador possui aproximadamente 929.517,00 m² de área total, sendo que 155.722,26 m² são de área construída, onde sua atual estrutura física é constituída de blocos didáticos, campo de futebol com pista de atletismo, piscina, ginásio coberto com banheiros e vestiários, cantina, áreas de convivência, estacionamento, salas multiuso e laboratórios, além das edificações administrativas. Esses dados foram fornecidos pelo funcionário responsável pelo meio físico da Assessoria Especial de Engenharia e Arquitetura (AEEA) da própria instituição.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como já foram citadas, na metodologia, as visitas ao local seguiram um roteiro prévio, tendo em vista os vários setores construídos dentro do complexo de Ensino Superior, a saber: em total de 63 prédios construídos, onde nove destes são de dois pavimentos, sendo que 55 blocos didáticos, desde sua fundação não havia a percepção de tratamentos igualitário de acessibilidade, mas atualmente todos os desníveis foram contemplados por rampas de acesso, porém, em duas das cinco rampas adaptadas não foram feitas com a proteção de corrimãos e nem com o piso tátil; (ver fotos).



Foto 2 – Passarela de acesso a Progep.
Fonte: os autores (2017).



Foto 4 – Passarela de acesso a Biblioteca.

Dois rampas adaptadas uma com ausência de piso tátil e a outra só possui a sinalização até o fim da própria rampa, na continuação da passarela não possui o referido piso.



Foto 4 – Banheiro dos blocos A, B, C, D e E. Vista frontal
Fonte: os autores (2017).



Foto 5 – Vista lateral.

Rampa adaptada para entrada de banheiros nos blocos de salas de aula A, B, C, D e E, construída em um prédio antigo, onde foram adaptados os corrimãos/guarda-corpo, porém não possui o piso tátil.

Dos nove prédios que possuem dois pavimentos em quatro destes foram detectados a presença de elevadores, porém, em três deles não funcionam; dos nove prédios de dois pavimentos, todos possuem escadas, mas somente uma atende aos requisitos de segurança exigidos pela ABNT NBR 9050:2015.



Foto 6 – Escada 1, prédio da engenharia elétrica
Fonte: os autores (2017).



Foto 7 – Escada 2, bloco das coordenações

Duas escadas de acesso do pavimento térreo ao pavimento superior, em prédio distinto onde a foto (Escada 1) atende as especificações exigidas por lei, fixação do piso tátil emborrachado acompanhado desde o início do acesso, tanto no pavimento térreo quanto ao pavimento superior, os degraus são emborrachados, possui corrimãos/guarda-corpo. A foto (Escada 2) se apresenta com ausência de piso tátil de acesso a escada e nos degraus.



Foto 8 – Escada de acesso
Fonte: os autores (2017).



Foto 9 – Escada de acesso



Foto 10 – Plataforma Elevatória

Prédio da reitoria que possui escada (Fotos 8 e 9) e uma plataforma elevatória (Foto 10) para acesso ao pavimento superior, falta de sinalização nos degraus da escada, a plataforma que também não atende as dimensões mínimas especificadas por lei, não tem sinalização de alerta e não funciona por não receber manutenção periódica.



Foto 11
Fonte: os autores (2017).



Foto 12



Foto 13

Banheiro da Biblioteca (Foto 11) atende as recomendações da ABNT 9050/2015, Banheiro do Ginásio (Foto 12 e 13) não atende as recomendações da ABNT 9050/2015.

O complexo possui 3.610,07 metros lineares de passarelas cobertas, onde 500 lineares metros não possuem sinalização com piso tátil.



Foto 14 passarela central
Fonte: os autores (2017).



Foto 15 Eng. Elétrica



Foto 16 acesso ao DEPSEC

Passarelas cobertas (Fotos 14 e 15) onde uma atende as especificações com o piso direcional até o interior do prédio, enquanto passarela (Foto 16), assim como a maioria da extensão das demais passarelas cobertas, não possuem o referido piso direcional.

O ginásio de esportes tem acesso dificultado pela ausência de pavimentação regular e o desnível de entrada para o ginásio possui duas rampas de acesso uma frontal e outra lateral, entretanto, o ginásio de esportes não possui arquibancada e degraus acessíveis, não há outro elemento de circulação vertical que possibilite o acesso. Contrariando, portanto, as indicações do Decreto Federal – nº 5296/04, Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de

atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade com a exigência da reserva de 2% do total de assentos em locais públicos de aglomeração, tais como: auditórios, teatros, cinemas e similares, para usuários de cadeira de rodas, pessoas com mobilidade reduzida e obesa com no mínimo um acompanhante.

O vestiário do ginásio também apresenta elementos em desacordo com a norma, não possui banheiro para pessoas com necessidades especiais, como também banco, nem área de transferência para área do chuveiro. A bancada da pia não foi contemplada com a área de aproximação em altura adequada, nem e o espelho e a torneira é de rosqueio e não do tipo alavanca, em desacordo com as leis e normas em tela.



Foto 17, Vista frontal.
Fonte: os autores (2017).



Foto 18, Vista lateral.

As arquibancadas (Fotos 17 e 18) do ginásio de esportes não atendem as especificações com ausência do espaço para Pessoas de Cadeira de Roda - P.C.R. assento para Pessoas com Mobilidades Reduzidas - P.M.R. assento para Pessoas Obesas - P.O. as rampas não possuem o piso tátil e os banheiros também são inadequados.

As portas (Fotos 19 e 20) de acesso aos banheiros (Masculino e Feminino), não possuem as dimensões mínimas, assim como as medidas de circulação nos boxes sejam de 1.50 x 1.70 m, e também não possuem as barras de apoio para portadores de necessidades especiais, estabelecidas na ABNT NBR 9050:2015.



Foto 19 porta do banheiro do ginásio.
Fonte: os autores (2017).



Foto 20 área interna, chuveiros.

As rampas de acesso do ginásio (Fotos 21 e 22) possuem corrimãos, mas não há piso tátil, portanto não atendem as especificações da ABNT NBR 9050:2015.



Foto 21
Fonte: os autores (2017).



Foto 22

As fotos 21 e 22, respectivamente são as condições atuais do ginásio de esportes visitado, a foto 23 abaixo, enquadra-se perfeitamente as normas de acessibilidade da ABNT NBR 9050:2015.



Foto 23
Fonte: <http://projemak.com.br/layout-de-acesso-para-cadeirantes/>

Quadro 01 – Espaço para pessoa em cadeira de rodas (P.C.R.) e assentos para pessoas com mobilidade reduzida (P.M.R) e pessoas obesas (P.O.).

Capacidade total de assentos	Espaço para P.C.R.	Assento para P.M.R.	Assento para P.O.
Até 25	1	1	1
De 26 a 50	2	1	1
De 51 a 100	3	1	1
De 101 a 200	4	1	1
De 201 a 500	2% do total	1%	1%
De 501 a 1.000	10 espaços, mais 1% do que exceder 500	1%	1%
Acima de 1.000	15 espaços, mais 0,1% do que exceder 1.000	10 assentos mais 0,1% do que exceder 1.000	10 assentos mais 0,1% do que exceder 1.000

Fonte: ABNT NBR 9050:2015

Fizeram parte deste estudo os prédios do complexo universitário – UNIFAP. Os resultados foram obtidos por meio de um formulário tipo *checklist* (Anexo 01), para mapear as condições arquitetônicas de acesso da pessoa com deficiência física - PDF aos serviços prestados pela instituição e avaliar as barreiras arquitetônicas internas e das adjacências dos prédios, tendo-se como referências as condições ideais estabelecidas na legislação.

Optamos por apresentar a análise e discussão dos resultados em forma de tabelas, além de ilustrações por meio de fotografias e de figuras preconizadas pela ABNT NBR 9050:2015. Onde foi feito o mapeamento das condições arquitetônicas das passarelas, avaliando a existência de piso tátil, rebaixamento de meio fio em pontos estratégicos para tráfegos de cadeiras de rodas.

No momento seguinte estudamos a situação de acesso aos prédios e ao seu interior, onde são observadas condições de circulação vertical, englobando acesso

por rampas, corrimãos da rampa, acesso por escadas, elevadores, o mobiliário e as instalações sanitárias.

Podemos afirmar que a partir de uma visita técnica do CREA-AP, com vistas ao cumprimento da solicitação do Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado do Amapá. Onde foi deliberado por realizar uma fiscalização com o objetivo de verificar “*in loco*” quanto a situação no que se refere as adaptações para facilitação da movimentação de pessoas com deficiência⁵ visual, visando o cumprimento da norma prevista no Decreto Federal nº 5.296/2004 e na norma NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Para o levantamento foi realizada visita no local, observando os seguintes aspectos:

1. Acessos nos corredores até o interior das edificações;
2. Banheiros adaptados;
3. Comunicação e sinalização para pessoas com deficiência visual;
4. Estacionamentos.

A fiscalização foi realizada no dia 24 de abril de 2013, às 14:30 h. Com local de encontro em frente a UNIFAP. Onde os técnicos tomaram como referência construções antigas e novas, com o objetivo de diagnosticar *in loco* a situação existente, a partir da fiscalização do CREA-AP, as reformas realizadas nas edificações antigas foram contempladas com alguns requisitos de acessibilidade tais como: rampas, barras de apoio e piso tátil, mas a qualidade do serviço fica comprometida por deixar de lado os aspectos humanísticos e primordiais que é o objetivo da instituição: o usuário, é na visão do usuário que os resultados dessas modificações fazem toda diferença, haja vista que é ele quem vivencia e que pode avaliar as condições de acesso. A partir das considerações das pessoas com necessidades especiais, é que o administrador pode avaliar aspectos tais como: a visão de uma pessoa que utiliza cadeiras de rodas, bengalas e muletas, pessoas com baixa ou sem visão ou com mobilidade reduzida e de como a administração pode solucionar tais problemas eliminando as barreiras existentes para que todos exerçam o direito de ir e vir.

⁵ "Deficiente é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino".

Em relação ao relato feito na entrevista como acadêmico, hoje servidor da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, no que se refere a acessibilidade nas áreas físicas da instituição é um ponto que a gestão está no caminho certo, mas ainda há alguns entraves em certos setores desta IFES. Estes setores precisam assegurar que as reformas e futuras construções não venham a inviabilizar o acesso às pessoas portadoras de necessidades especiais. A entrevista feita com o ex-acadêmico, e hoje docente da UNIFAP, relata sua trajetória em vários momentos da sua vida, como estudante, relatando em alguns pontos, suas dificuldades e os seus desejos e melhorias nas áreas físicas da instituição.

VISÃO DO USUÁRIO: Entrevista com o ex- acadêmico Clingerry Penafort

QUAIS FORAM AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA SUA VIDA ACADÊMICA, HOJE DOCENTE DO CURSO DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP?

Obrigado pelo convite, para participar do artigo espero que ela esteja a contento e espero que vocês consigam lograr êxito no trabalho acadêmico de vocês e mais especificamente e conversando sobre a questão das dificuldades de todo esse processo o que eu percebi anteriormente em 1994 até 1999, quando eu graduei foi que percebi que a instituição infelizmente naquela oportunidade ela não estava muito preparada e otimizada para receber portadores de necessidades especiais o que eu tenho dificuldades de locomoção eu ainda consigo subir uma escada pedir ajuda para alguém para me locomover á um determinado local, mais existem portadores de necessidades especiais que não tem essas oportunidades, então em 1994 na Universidade Federal do Amapá, eu percebia que 90% do quadro dos funcionários, não por reservas dos funcionários, mas por uma falta de políticas definidas em relação a acessibilidade eu percebia naquela oportunidade que a instituição ainda não estava plenamente preparada para receber-nos, e por conta da falta dessa habilidade dessa condição no recebimento houveram várias dificuldades,a dificuldade de adentrar em uma sala de aula a dificuldade de adentrarem na biblioteca que ela não era perfeitamente preparada naquela oportunidade pra receber um portador de necessidades especiais as próprias dificuldades do convívio dos professores que tinham uma impressão erronia que eventualmente era a capacidade e potencial não só meu mas de outros acadêmicos naquela oportunidade que poderiam ser tão produtivos quanto outro profissional e

essa sensação me acompanhou durante muito tempo ao longo da minha trajetória acadêmica na instituição Universidade Federal do Amapá, foi diminuindo conforme o tempo, as pessoas foram entendendo que nos temos limitações, mas também temos potencialidades e que elas precisam ser otimizadas.

COMO VOCÊ OBSERVA A POLÍTICA DE INCLUSÃO QUE TANGE A ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE?

Bem, atualmente agente já percebeu o avanços, claro que são avanços que poderiam ser muito mais rápidos e efetivos, nós ainda encontramos algumas lacunas que poderiam ser facilmente resolvidas, como por exemplo: para os deficientes visuais, nós ainda não temos em alguns prédios na instituição, os tachões luminosos tá, pra quem só faz leitura em *braille* também nos temos algumas dificuldades em determinados departamentos, em determinados ambientes da instituição, mas se nós formos fazer um levantamento dessa trajetória de inclusão, da permeabilidade, da possibilidade e da inclusão de pessoas que tenham alguma limitação importante dentro da esfera do esforços federais, nós percebemos que a Universidade Federal do Amapá, ela está no caminho correto, ainda caminhando a passos muito lentos, mas que existe uma política sendo implementada de tal forma que agente possa alcançar a excelência, nós não estamos nesse patamar ainda! Por “n” dificuldades, mas que eu percebo que já houve avanços importantes que poderiam ser acelerados, mas que por alguma dificuldade extra, dificuldades que agente não percebe neste momento, podem estar inviabilizando o processo da conquista e plenitude da acessibilidade na instituição Universidade Federal do Amapá.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos foram os avanços no âmbito da acessibilidade e programas de inclusão social conquistados nas últimas décadas, dentre os quais destacamos as normas e decretos nacionais nesta década. Em escala local, faz-se necessário reconhecer os esforços neste sentido, como a elaboração do Guia Prático de Acessibilidade do CREA-AP (2010), patrocinado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA). Apesar do mérito das ações positivas promovidas nos últimos anos, ainda existem muitos entraves à acessibilidade espacial e plena.

Por meio da APO realizada na IFES, verificou-se que, apesar da necessidade de inclusão demandada pela natureza das atividades desenvolvidas no complexo, bem como por iniciativas da UNIFAP em promover a inclusão e a acessibilidade ampla, os espaços analisados não proporcionaram acessibilidade física plena a que se propõe. Em vários itens analisados, se constata a possibilidade de deslocamento de pessoas em cadeira de rodas, pessoas com deficiência visual ou mobilidade reduzida, que mesmo com ajuda de acompanhantes, a autonomia do usuário não está garantida. Além das barreiras identificadas pelos desníveis, rampas de inclinações excessivas ou pavimentações inadequadas, fato que revela a ausência de uma visão de projeto sistêmico na articulação entre as diversas edificações. O desenho de mobiliários, a escolha e instalação de equipamentos, apontam para uma ausência de comprometimento com a inclusão, materializada na inadequação do espaço e nas especificações dos acabamentos de maneira não funcional.

De acordo com o usuário Clingerry Penafort “ Espera-se que, com a continuidade desses esforços, bem como outras ações de conscientização, sensibilização e formação, dentre as quais a inclusão da disciplina de Desenho Universal no currículo do curso de Graduação e Mestrado de Arquitetura e Urbanismo na UNIFAP, a continuidade das ações de Acessibilidade, dentre outros, venham contribuir para que o cenário nas instituições públicas seja mais adequado às pessoas portadoras de necessidades especiais.

Ainda nesse contexto, e não obstante as recomendações feitas pelos órgão de fiscalização e controle tais como Ministério Público Federal e Conselho Regional de Arquitetura e Agronomia no que tange à aplicação da NBR 9050/2015, ainda há necessidade da exigência que se inclua nos projetos de edificações na Unifap a citada Norma como forma de estabelecer políticas efetivas de acessibilidade e inclusão aos portadores de deficiências em todos os espaços acadêmicos.

ACCESSIBILITY TO PUBLIC BUILDINGS: the Inclusive Architecture Eliminating Obstacles

ABSTRACT

This article looks at the work of Public Management Undergraduate Program students of Federal University of Amapá - UNIFAP. Is a case study that draws upon the institutional physical conditions, most prior research on identifying barriers for handicapped persons accessibility. The theoretical framework relies on laws, decrees, and norms from Brazilians Technical Norms Association (ABNT), which assure the exercise of the individual and social rights of these people. For the aforementioned research we used post-occupation evaluation method and the on-site checklist type instrument with photographic documentation. During the visits, the accesses were also checked for areas adjacent to public buildings, from the arrival of users, including pedestrian lanes, curb retracement at strategic points, tactile floor on walkways, corridors, ramps and elevators. It demonstrates that the legislation in force, which guarantees the access of disabled people, is being disrespected, in an evidence of lack of knowledge and lack of public authority, as well as professionals in the construction sector who are jointly responsible for guaranteeing the exercise of citizenship for this of the population.

Keyword: Accessibility. Deficiency. sertion Document.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT **NBR 9050 – 2015**. Disponível em <<http://www.aedesenho.com.br/informativo/abnt-nbr-9050-2015-norma-acessibilidade-gratuita/>> acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**, que regulamenta a Lei nºs10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. São Paulo: Editora Senac, 2007.

COSTA, Alesandra. **Consultora e Auditora Interna**. Disponível em: <<http://www.aecweb.com.br/a/a-importancia-da-acessibilidade-para-as-edificacoes-159>>. Acessado em: 21 jan. 2017.

GONZALES, Robson. **Acessibilidade na Construção Civil**. Disponível em: <<http://www.arpaacessibilidade.com.br/artigos-e-noticias/artigos/acessibilidade-na-construcao-civil>>. Acesso em: 07 jan. 2017

_____. **Acessibilidade, qual é a dificuldade?**. Disponível em: <<http://www.arpaacessibilidade.com.br/artigos-e-noticias/artigos/acessibilidade-na-construcao-civil>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

_____. **Acessibilidade em ambientes corporativos**. Disponível em: <<http://www.arpaacessibilidade.com.br/artigos-e-noticias/artigos/acessibilidade-em-ambientes-corporativos>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

_____. **Acessibilidade e Segurança**. Disponível em: <<http://www.arpaacessibilidade.com.br/artigos-e-noticias/artigos/acessibilidade-e-seguranca>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

_____. **Acessibilidade: o quê, onde, por que, pra quê e pra quem?**. Disponível em: <<http://www.arpaacessibilidade.com.br/artigos-e-noticias/artigos/acessibilidade-o-que-onde-por-que-pra-que-e-pra-quem>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

ORNSTEIN, Sheila; ROMÉRO, Marcelo. **Avaliação Pós-Ocupação (APO) do ambiente construído**. São Paulo: Studio Nobel (Editora da Universidade de São Paulo) 1992.

SILVA, Michelli das M. Bessa. **Acessibilidade: Guia Prático para o profissional**. Macapá: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Amapá – CREA-AP, 2010. Disponível em: <<https://ivanmercadante.jusbrasil.com.br/artigos/159853722/o-que-e-habite-se>>. Acesso em: 13 de maio. 2017.